

Avaliação do Programa Esporte e Lazer da Cidade implementado em contexto universitário

Evaluation of the city Sport and Leisure Program Implemented in a university context

Evaluación del Programa de Deporte y Ocio de la ciudad implementado en un contexto universitario

Junior Vagner Pereira da Silva

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Brasil)

Resumo. Trata-se de estudo avaliativo, documental, *expost*, objetivando analisar a implantação de dois núcleos do Programa de Esporte e Lazer da Cidade em uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. Através da parceria público-público foram ofertadas trinta oficinas, sendo as individuais, com maior inclinação à promoção da saúde (pilates, musculação, ginásticas/ritmos e treinamento funcional), implementadas em todos os períodos avaliados. A eficácia geral do programa foi elevada no início (1,00), declinando com o seu desenvolvimento – setembro (0,74) e março (0,43). Em particular, na análise geral, por oficina, a natação (0,85), a hidroginástica (0,85), a ginástica/ritmos (0,71), a musculação (0,66) e o pilates (0,66) apresentaram maior eficácia. Cada usuário custou R\$ 1.215,39 por quinze meses - R\$ 81,02 ao mês, R\$ 20,25 por semana e R\$ 10,12 por atendimento. Conclui-se que a parceria viabilizou esporte e lazer aos universitários com custo inferior a outros programas e eficácia moderada.

Palavra-chave: Esportes; Atividades Físicas de Lazer; Políticas Públicas; Universidades.

Abstract. This is an evaluative, documental, *expost* study, aiming to analyze the implementation of two centers of the Sports and Leisure Program of the City in a Federal Institution of Higher Education (IFES) in Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brazil. Through the public-public partnership, thirty workshops were offered, individual ones, with a greater inclination to health promotion (pilates, bodybuilding, gymnastics/rhythms and functional training), implemented in all periods evaluated. The overall effectiveness of the program was high at baseline (1.00), declining with its development – September (0.74) and March (0.43). In particular, in the general analysis, by workshop, swimming (0.85), water aerobics (0.85), gymnastics/rhythms (0.71), bodybuilding (0.66) and pilates (0.66) were more effective. Each user cost R\$ 1,215.39 for fifteen months - R\$ 81.02 per month, R\$ 20.25 per week and R\$ 10.12 per service. It is concluded that the partnership enabled sport and leisure to university students with lower cost than other programs and moderate effectiveness.

Keywords: Sports; Leisure Physical Activities; Public policy; Universities.

Resumen. Se trata de un estudio evaluativo, documental, *expost*, con el objetivo de analizar la implantación de dos centros del Programa Deporte y Recreación de la Ciudad en una Institución Federal de Enseñanza Superior (IFES) en Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. A través de la asociación público-público, se ofrecieron treinta talleres, individuales, con mayor inclinación a la promoción de la salud (pilates, musculación, gimnasia/ritmo y entrenamiento funcional), implementados en todos los períodos evaluados. La efectividad general del programa fue alta en la línea de base (1,00), disminuyendo con su desarrollo: septiembre (0,74) y marzo (0,43). En particular, en el análisis general, por taller, la natación (0,85), aeróbic acuático (0,85), gimnasia/ritmo (0,71), musculación (0,66) y pilates (0,66) fueron más efectivos. Cada usuario costó R\$ 1.215,39 por quince meses - R\$ 81,02 por mes, R\$ 20,25 por semana y R\$ 10,12 por servicio. Se concluye que la asociación proporcionó deporte y ocio a los estudiantes universitarios a un coste inferior al de otros programas y con una eficacia moderada.

Palabra clave: Deportes; Actividades Físicas de Ocio; Políticas públicas; Universidades.

Fecha recepción: 03-01-23. Fecha de aceptación: 03-07-23

Junior Vagner Pereira da Silva
jr_lazer@yahoo.com.br

Introdução

Políticas públicas (PP) são decisões oriundas das diferentes instituições que compõem a sociedade, destinadas à solucionar problemas, atender objetivos ensejados pela população e proporcionar bem-estar, desenvolvimento e justiça social (Silva, & Reverdito, 2023).

Em que pese a possibilidade das demandas serem atendidas por ações do Estado, Mercado ou Terceiro Setor, compreende-se que o Estado, entidade que dispõe de estrutura burocrático, administrativa e financeira para este fim, figura como aquele que tem a obrigatoriedade legal em assegurar à população o acesso a programas afetos aos direitos sociais (Silva, 2022a). Logo, mediante discrepâncias sociais e econômicas que impedem que parcela da população consiga suprir suas necessidades via mercado, as PP, em primeira instância, figuram como ações que carecem da atuação governamental. Para tanto, intervenções são formuladas e implementadas de

modo mitigar problemas sociais que chamaram a atenção do gestor público o suficiente para serem incorporados na *agenda-setting*, sendo instrumentalizados através de programas sociais de benefícios e/ou serviços.

De acordo com Jannuzzi (2016), os programas sociais [...], são sistemas administrativos complexos, com vários objetivos a cumprir e, em geral, operados por meio de arranjos federativos que englobam diversos processos de trabalho e atividades para que os recursos orçamentários alocados produzam resultados para os públicos-alvo definidos e gerem impactos na sociedade (p. 15).

Dentre os conteúdos que os compõem estão o esporte e lazer, ambos presentes na Constituição Federal Brasileira como direitos (Brasil, 1988), exigindo, portanto, que políticas sociais, entendidas como subconjunto das PP, sejam formuladas e implementadas de modo a suprir questões em particular (Heidemann, 2010). Portanto, as políticas sociais consistem em esforços organizados e pactuados, voltados a

suprir necessidades cuja resoluções ultrapassam as iniciativas privadas, individuais e espontâneas.

Amparadas por leis impessoais e objetivas, garantidoras de direito, as políticas sociais são regidas por princípios de justiça social (Pereira, 2011), que consiste em “[...] produto da relação dialeticamente contrária entre estrutura e história e, portanto, de relação – simultaneamente antagônicas e recíprocas – entre capital x trabalho, Estado x sociedade e princípios de liberdade e igualdade que regem os direitos de cidadania” (Pereira, 2011, p. 166).

No que concerne ao esporte e lazer, em âmbito federal, o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), figura como política social de governo que, via conjunto sistêmico de ações programadas e articuladas entre si, foi estruturado de modo que discrepâncias existentes no acesso fossem amenizadas. Implementado em 2003 com objetivo de democratizar o acesso ao lazer e esporte recreativo, o PELC financiou núcleos para atendimentos de até 400 pessoas (crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência), com recursos destinados à infraestrutura, desenvolvimento das ações de lazer e esporte, gestão, ciência e tecnologia e eventos. Para tanto, recorreu à descentralização para Municípios, Estados, Distrito Federal e Universidades Estaduais através de convênios e Termo de Execução Descentralizada (TED) junto a Universidades Federais (Ministério do Esporte, 2016).

Embora tenha apresentado problemas em relação aos recursos, destinados sobretudo via emenda parlamentar para a implantação de infraestrutura em detrimento a proposição de atividades de esporte e lazer (Castro, et al., 2018) e o alcance e capacidade limitada na indução para implantação (Costa, et al., 2021), o programa consistiu em importante política governamental e contribuiu, de certo modo, com a viabilização do acesso ao esporte e lazer.

Entretanto, estudos de monitoramento e avaliação sobre o mesmo foram restritos. Dentre aqueles que se ativeram a essas fases do ciclo político, poucos contemplaram a eficiência, eficácia e efetividade social (Areias, & Borges, 2011), monitoramento e avaliação (Pintos, Mascarenhas, & Athayde, 2019) e implementação (Soares, & Guadanini, 2018, Silva e Ungheri, 2023), o que indica que inexistem estudos relacionados ao custo do programa ou o seu alcance em relação ao quantitativo de usuários.

Em decorrência da incipiência de investigações dessa natureza, aspectos importantes relacionados ao programa (insumos, processo, eficácia e custo) não são de conhecimento público. Neste sentido, analisar tais indicadores corroborará com uma leitura ampliada sobre o PELC enquanto política social, vez que o monitoramento promove o acompanhamento das ações, permite que informações sobre o desenvolvimento sejam produzidas e ajustes, quando necessários, realizados no uso operacional dos recursos envolvidos. Ainda, permite que os produtos gerados e a percepção dos efeitos sociais imediatos junto aos usuários sejam identificados (Jannuzzi, 2017).

Por seu turno, a avaliação contribui com o aprimoramento das decisões na alocação de recursos (Ramos, &

Schabbach, 2012), na produção de informações e recomendações a orientar, pelo menos em parte, as decisões políticas (Arretche, 2013) e na responsabilização do Executivo frente ao Parlamento, agências reguladoras e sociedade civil por decisões e valorização de uma atividade, programa ou política (Ramos, & Schabbach, 2012).

Diante ao exposto, o objetivo do estudo foi analisar a implantação de dois núcleos do PELC em uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. Especificamente objetivou investigar a participação do público universitário e os insumos e avaliar a eficácia do programa.

Métodos

O estudo é do tipo avaliativo exploratório (Silva e Silva, 2013), com informações oriundas de fontes secundárias, destinadas a responder demandas e conhecimentos a aprimorar programas; *ex post*, com análise de mudanças posteriormente; somativa, com apreciação dos resultados; de eficácia, devido a verificação do alcance dos objetivos segundo o ciclo de programas (Jannuzzi, 2016).

A técnica adotada foi organizada em 5 etapas: a) Formulação do problema; b) Elaboração do Plano de Trabalho; c) Identificação das fontes; d) Localização das fontes de obtenção do material; e) Análise e interpretação (Gil, 2010).

A primeira etapa consistiu na formulação do problema, quando foram estabelecidos os pressupostos norteadores e o cronograma do plano de trabalho. O levantamento documental materializou a identificação das fontes de investigação (Ofícios, Plano de Trabalho, Diretrizes, Acordo de Cooperação, Editais, Extrato de Convênio, Relatórios relacionados ao PELC e materiais jornalísticas). Segundo Jannuzzi (2016), os documentos oriundos da Administração Pública são evidências que podem gerar informações relevantes e permitem análises situacionais.

Os materiais foram localizados no Diário Oficial de Campo Grande/MS (<https://diogrande.campo-grande.ms.gov.br/>), Boletim Oficial da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (<https://boletimoficial.ufms.br/>), site do Ministério do Esporte (<http://arquivo.esporte.gov.br>) e sites de jornais. Para localização utilizou-se as palavras-chaves “Programa Esporte e Lazer da Cidade” e “PELC”. Ainda, documentos foram obtidos junto a Fundação Municipal de Esportes de Campo Grande/MS. Como critério de inclusão adotou-se: núcleos do PELC desenvolvidos; vigência dos núcleos no período de março de 2017 a maio de 2018. Como critério de exclusão: núcleos não desenvolvidos no contexto da UFMS. Este processo levou ao *corpus* da análise.

Estabeleceu-se como indicadores os insumos, que sinallizaram os recursos alocados (entradas); o desempenho durante a execução e a forma com que o trabalho foi executado para gerar os serviços (processo); número de oficinas, turmas e vagas disponibilizadas, que diz respeito as entregas de serviços produzidos ao público-alvo (produto) e quantidade

de pessoas atendidas (resultado). A escolha desses indicadores decorre deles figurarem como variáveis que possibilitam a avaliação da eficácia e do custo do programa durante um determinado período.

A partir da identificação dos documentos e dos indicadores a serem extraídos, a análise dos dados consistiu na extração das informações e compilação em planilha excel com os valores absolutos e frequência absoluta das variáveis analisadas.

Para obtenção da eficácia foram consideradas as variáveis Metas Atingidas (MA) e Metas Propostas (MP), com aplicação da fórmula: $E = (MA/MP)$. Para MA foram considerados dados de três momentos (março/2017, setembro/2017 e fevereiro/2018) – e para a MP, o número de vagas disponibilizadas pelos núcleos. Na avaliação geral por oficina considerou-se a média desses três períodos. Oficinas ofertadas apenas em um período não foram consideradas. Na interpretação dos resultados, assumiu $\Delta > 0$, como Sucesso; $\Delta < 0$, Fracasso. Ainda, categorizou os valores em 0 a 20 (fraco), 21 a 40 (baixo), 41 a 60 (médio), 61 a 80 (alto), 81 a 100 (elevado).

Na aferição do Custo (C) foram considerados os Insumos (I) - Recursos Humanos (RH), Encargos (E), Vale-Transporte (VT), Materiais Esportivos (ME) - e Espaços Físicos (EF). Os valores referentes aos RH, E e ME foram extraídos das Diretrizes do PELC 2016; os referentes aos VT, do Extrato do Convênio Fundação Municipal de Esporte de Campo Grande (FUNESP)/Ministério do Esporte; os afetos aos EF com base na Resolução CD/UFMS nº 134, de 25 de julho de 2017. Os usuários mensais foram extraídos do relatório gerencial do programa. De posse dessas informações, foi aplicada a fórmula: $C = \{ [I (RH + E + VT + ME + EF) + EF (\text{número de turmas por dia} \times 2 \text{ vezes por semana} \times 4 \text{ semanas por mês} \times \text{quantidade de meses que foi usado} \times \text{valor unitário do espaço})] / (\text{soma de usuários em março/2017} + \text{soma de usuários em setembro/2017} + \text{soma de usuários em fevereiro/2018}) / 3 \}$.

Considerando que a investigação utilizou dados oriundos de documentos públicos, o mesmo não foi apreciado por Comitê de Ética em Pesquisa, estando, portanto, em conformidade com o artigo 1º, parágrafo único, item II da Resolução nº 150/2016/CNS e artigo 6º, item VII a da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Resultados

Insumos (entradas)

Os dois Núcleos implementados foram captados pela Fundação Municipal de Esportes de Campo Grande/MS via Edital nº 01/2013/PELC/Ministério do Esporte, com formalização do Convênio nº 797560/2013 e financiamento de 10 núcleos (R\$ 1.416.320,00) pelo Ministério do Esporte. Deste total, R\$ 1.216.320,00 foram destinados aos recursos humanos, R\$ 80.000,00 para materiais permanentes e R\$ 120.000,00 para eventos.

Uma vez contemplada e obtido o financiamento para os 10 núcleos, de modo que a comunidade interna e externa ao entorno da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul fosse atendida, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 029/2017-UFMS/FUNESP para descentralização de dois núcleos, que funcionou entre 13 de março de 2017 a 20 de maio de 2018. As responsabilidades e atribuições foram estabelecidas, ficando a cargo da universidade a cessão dos espaços e um servidor da gestão vinculado a Coordenadoria de Cultura e Esportes, com recebimento de função gratificada (FG4) para acompanhar as ações.

Considerando a Resolução CD/UFMS nº 134, de 25 de julho de 2017, a contrapartida da universidade totalizou a estimativa financeira de R\$ 704.572,45 (Quadro 1). Os custos com uso da academia, quadra de tênis, dojo, quadra de areia e sala de dança não foram mensurados, pois não dispunham de normatização de valores para cobrança do uso. Os custos com limpeza, água e iluminação não foram possíveis de aferir.

Tabela 1.

Estimativa de insumos da [informação temporariamente suprimida para garantir o anonimato da autoria] relativos ao Acordo de Cooperação - Núcleos PELC/UFMS/2017-2018

ESPAÇOS	Valor Unitário				Estimativa															Total de uso	Taxa total
	Tipo de unidade				Quantidade de unidades de uso mensal																
	Hora	Dia	Período	Mês	mar	ab	mai	jun	jul	ag	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	ab	mai		
Academia	-	-	-	-	48	64	64	64	64	64	64	64	64	64	64	12	12	12	9	733	-
Quadra	70,00	-	-	-	138	184	184	184	184	184	176	176	176	176	176	24	24	24	18	2028	141.900,00
Quadra de tênis	-	-	-	-	18	24	24	24	24	24	32	32	32	32	32	14	14	14	9	349	-
Dojo	-	-	-	-	42	56	56	56	56	56	88	88	88	88	88	16	16	16	12	822	-
Ginásio coberto	70,00	-	-	-	48	64	64	64	64	64	64	64	64	64	64	-	-	-	-	688	48.160,00
Piscina	-	700,00	-	-	36	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	-	-	-	-	516	361.200,00
Quadra de areia	-	-	-	-	18	24	24	24	24	24	32	32	32	32	32	-	-	-	-	298	-
Sala	-	-	150,00	-	84	112	112	112	112	112	56	56	56	56	56	14	14	14	9	975	146.250,00
Sala de dança	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	40	40	40	40	16	16	16	12	260	-
Ginásio Moreninho	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	8	8	6	30	3.000,00
FG4 servidor	-	-	-	270,83	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	14	4.062,45

Legenda: O projecto iniciou em 13 de março de 2017 e finalizou em 20 de maio de 2018. Desta forma, para efeitos de recursos humanos, considerou-se 15 meses de atividades e para efeitos do uso dos espaços físicos em junho e maio, apenas as semanas usadas.

O Ministério do Esporte disponibilizou recursos materiais, doze agentes sociais e 2 coordenadores de núcleos, com repasse dos valores referentes as bolsas, encargos, material permanente e eventos; a FUNESP, vale transporte aos

monitores e coordenadores de núcleos.

Cada núcleo foi composto por 1 coordenador e 6 agentes sociais de esporte e lazer. Para atuação por 40h semanais, por quinze meses o coordenador de núcleo recebeu

mensalmente vale-transporte e o valor de R\$ 1.300,00 e os agentes sociais, por 20 horas semanais, vale-transporte e bolsa mensal de R\$ 600,00.

Os recursos financeiros empregados pelo Ministério do Esporte e FUNESP, totalizaram R\$ 247.480,00, conforme ilustra o Quadro 2.

Tabela 2.

Insumos e recursos financeiros aplicados pelo Ministério da Cidadania e [informação temporariamente suprimida para garantir o anonimato da autoria] no Acordo de Cooperação - Núcleos UFMS/2017-2018

Descrição	Fonte	Valor mensal	Meses	Recursos humanos	Valor
Remuneração dos coordenadores de núcleos		1.300,00	15	2	39.000,00
Encargos 20% referentes a contratação dos coordenadores de núcleos		260,00	15	2	7.800,00
Pagamento dos agentes sociais		600,00	15	12	108.000,00
Encargos referentes a contratação dos agentes sociais		120,00	15	12	21.600,00
Material esportivo		8.000,00	1	2	16.000,00
Eventos	Ministério do Esporte	12.000,00	1	2	24.000,00
Vale transporte - coordenadores de núcleos	FUNESP	148,00	15	2	4.440,00
Vale transporte - agentes sociais		148,00	15	12	26.640,00

A alocação de recursos humanos ocorreu através de edital do Programa Municipal de Estágio, com contratação de acadêmicos de Artes Visuais, Educação Física e Música em caráter de estágio remunerado temporário. Para contratação de Coordenador de Núcleo, seleção pública simplificada, na forma dos artigos 292 e 293 da Lei Complementar nº 190, de 22 de dezembro de 2011, sob o regime jurídico administrativo, em conformidade com o disposto no artigo 1º, da Lei nº 4.621, de 3 de abril de 2008.

Produtos e resultados (eficácia, custo, custo-benefício)

A partir dos insumos disponibilizados, trinta oficinas foram oferecidas durante quinze meses. Dentre elas, as individuais, com maior inclinação à promoção da saúde (pilates, musculação, ginástica/ritmos e treinamento funcional) estiveram presentes em todos os períodos analisados, o mesmo ocorrendo com as modalidades coletivas (voleibol, basquetebol e futsal). Outras experiências esportivas (tênis de quadra e slackline) também. O número de turmas foi superior no pilates (32), musculação (22), voleibol (16) e violão (15), sendo esta última, a única oficina de interesse artístico fomentada nos 3 períodos analisados.

Os dados indicam que a eficácia do programa na ocasião da abertura das inscrições e início das oficinas foi elevada, pois todas as vagas, das 800 ofertadas, foram preenchidas. Porém, no decorrer do desenvolvimento do programa decaiu para 0,74 (6 meses) e 0,43 (11 meses), conforme quadro 4.

Em relação aos conteúdos culturais, notou-se que, em que pese oficinas de interesse artístico tenham sido viabilizadas, as mesmas obtiveram baixa eficácia, pois apenas o desenho/pintura figurou entre as 5 oficinas mais eficazes.

No que concerne as características das oficinas de interesse físico-esportivo, as individuais e com maior inclinação à promoção da saúde - natação (0,85), hidroginástica (0,85), ginástica/ritmos (0,71), musculação (0,66) e pilates (0,66) -, apresentaram maior eficácia geral. Todavia, modalidades coletivas - handebol (0,66), futsal (0,65), voleibol (0,59) e basquetebol (0,50) - também alcançaram bons resultados.

Quando considerado em particular cada período de monitoramento, os resultados foram similares, mas diferentes no grau da eficácia, sendo que em setembro prevaleceu o treinamento funcional (0,86), a natação (0,73), a hidroginástica (0,73) e o pilates (0,57) e em fevereiro, a musculação (0,62), o pilates (0,61), a ginástica/ritmos (0,40) e o treinamento funcional (0,32).

Tabela 3.

Oficinas implementadas nos núcleos UFMS/2017-2018

Oficinas	Número de turmas ofertadas			
	Março	Setembro	Fevereiro	Total
Atividades circenses	-	1	-	1
Badminton	-	3	-	3
Basquetebol	6	2	1	9
Capoeira	-	2	-	2
Desenho/pintura	3	1	-	4
Expressão corporal	-	1	-	1
Futsal	6	3	2	11
Futsal kids	-	1	2	3
Futebol	-	5	-	5
Futebol de mesa	-	2	6	8
Ginásticas/ritmos	6	3	4	13
Grafite	2	-	-	2
Handebol	2	1	-	3
Hidroginástica	3	3	-	6
Jogos de mesa	4	-	2	6
Jogos e brincadeiras	4	1	-	5
Judô	-	2	2	4
Musculação	8	8	6	22
Natação	3	3	-	6
Percussão	3	2	-	5
Pilates	7	11	14	32
Skate	2	1	-	3
Slackline	4	4	3	11
Teatro	-	4	-	4
Tênis de mesa	-	2	6	8
Tênis de quadra	3	3	7	13
Treinamento funcional	3	5	5	13
Violão	3	5	7	15
Voleibol	7	6	3	16
Voleibol kids	-	1	-	1

Tabela 4.

Eficácia dos núcleos PELC UFMS-2017/2018

	março			setembro			Fevereiro		
	Meta	VO	E	M	VO	E	M	VO	E
Total	800	800	1,00	800	595	0,74	800	347	0,43

Legenda: Meta (M), Vagas Ocupadas (VO), Eficácia (E).

Tabela 5.

Eficácia das oficinas dos núcleos PELC UFMS - 2017/2018.

Oficinas	Março			Setembro			Fevereiro			Geral		
	M	VO	E	M	VO	E	M	VO	E	M	VO	E
Atividades Circenses	-	-	-	15	1	0,06	180	0	0	195	1	0,01
Badminton	-	-	-	45	1	0,02	-	-	-	45	1	0,02
Basquetebol	180	112	0,62	60	10	0,16	-	-	-	240	122	0,50
Capoeira	-	-	-	40	0	0,00	-	-	-	40	0	0,00
Desenho e pintura	45	45	1	15	0	0,00	-	-	-	60	45	0,75
Expressão corporal	-	-	-	15	0	0,00	-	-	-	15	0	0,00
Futebol	-	-	-	80	2	0,02	-	-	-	80	12	0,15
Futebol de Mesa	-	-	-	20	0	0	180	0	0,00	200	0	0,00
Futebol kids	-	-	-	30	17	0,56	60	9	0,15	90	26	0,29
Futsal	180	180	1	90	30	0,33	60	5	0,08	330	215	0,65
Ginástica/ritmos	180	180	1	90	48	0,53	120	48	0,40	390	276	0,71
Grafitte	30	30	1	-	-	-	-	-	-	30	30	1,00
Handebol	60	60	1	30	0	0,00	-	-	-	90	60	0,66
Hidroginástica	75	75	1	90	66	0,73	-	-	-	165	141	0,85
Jogos de mesa	60	52	0,86	-	-	-	60	0	0,00	120	52	0,43
Jogos e brincadeiras	120	67	0,56	30	0	0	60	0	0	210	67	0,32
Judô	-	-	-	30	11	0,36	40	7	0,17	70	18	0,26
Musculação	112	112	1	112	40	0,35	90	56	0,62	314	208	0,66
Natação	75	75	1	90	66	0,73	-	-	-	165	141	0,85
Percussão	50	40	0,8	20	0	0	-	-	-	70	40	0,57
Pilates	70	70	1	171	98	0,57	210	130	0,61	451	298	0,66
Skate	20	20	1	10	0	0,0	-	-	-	-	-	-
Slackline	40	40	1	40	17	0,42	45	3	0,06	125	60	0,48
Teatro	-	-	-	65	11	0,16	-	-	-	65	11	0,17
Tênis de mesa	-	-	-	20	7	0,35	210	0	0,00	230	7	0,03
Tênis de quadra	30	30	1	30	12	0,40	70	14	0,20	130	56	0,43
Treinamento funcional	45	45	1	75	65	0,86	150	48	0,32	270	158	0,59
Violão	30	30	1	40	14	0,35	70	15	0,21	140	59	0,42
Vôlei	210	210	1	180	64	0,35	90	10	0,11	480	284	0,59
Voleibol kids	-	-	-	30	7	0,23	-	-	-	30	7	0,23

Legenda: Meta (M), Vagas Ocupadas (VO), Eficácia (E).

Os investimentos em recursos humanos e encargos pagos pelo Ministério do Esporte (R\$ 176.400,00), vale-transporte pago pela Fundação Municipal de Esporte de Campo Grande/MS (R\$ 31.080,00) e FG-4 pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (R\$ 4.062,45), totalizaram R\$ 211.542,45. Considerando a média de usuários que frequentaram o programa (798.33), no que concerne apenas os custos com recursos humanos, cada usuário custou R\$ 264,98 – R\$ 17,66 usuário/mês, R\$ 4,41 usuário/semana e R\$ 2,20 usuário/atendimento.

Quando considerado todos os recursos financeiros empregados – RH, E, VT (R\$ 211.542,45), ME (R\$ 16.000,00), EV (R\$ 24.000,00) e EF (R\$ 700.510,00), o custo total para os quinze meses foi elevado para R\$ 952.052,45, passando cada usuário a custar R\$ 1.215,39 – R\$ 81,02 usuário/mês, R\$ 20,25 usuário/semana, R\$ 10,12 usuário/atendimento.

Discussão

Insumos (entradas)

O projeto foi viabilizado através da parceria institucional entre entidades públicas, estando subordinadas as orientações legais exigidas no âmbito da Administração Pública e que norteiam sua implementação, como padrões de conduta, desempenho, grupo-alvo, critérios para implementação e execução, advindos de ações do setor de gestão específico do esporte (Ministério do Esporte e Fundação Municipal de Esporte), agregando uma instituição pública não relacionada especificamente ao tema, mas sim a educação

(universidade), mas que também deve dispor de compromisso em oportunizar experiências aos acadêmicos para além da formação técnica-científica-acadêmica, como as culturais (esporte e lazer). Embora não tenha sido construída com objetivos de fomentar o esporte e lazer, a universidade destinou sua infraestrutura na qualidade de insumos para otimização dos espaços relacionados aos diferentes interesses culturais, o que a qualificou como equipamento não específico.

Os equipamentos não específicos de lazer são espaços criados para outros fins, mas por ausência de PP voltadas à infraestrutura, são utilizados (Marcellino, 2002). A otimização de espaços físicos e a realização de parcerias é de grande relevância, pois segundo Wicker et al. (2009), os espaços físicos exercem influência significativa no envolvimento com o esporte.

No contexto do PELC, em que pese 90% dos recursos federais do programa tenham sido destinados à infraestrutura (Figueroa, et al., 2014), sobretudo para adequação dos espaços existentes (Soares, & Guardanini, 2018) - predominantemente praças, quadras poliesportivas, campo de futebol, academia ao ar livre, piscina, pista de corrida, dentre outros (Ungheri, & Isayama, 2021) -, parcerias entre entidades, sobretudo públicas, com a cessão de espaços para o desenvolvimento das oficinas foi algo presente em 60% (Soares, & Guardanini, 2018). Portanto, o acordo de cooperação firmado entre Fundação Municipal de Esportes de Campo Grande e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, foi inovador, corroborando com a otimização da infraestrutura educacional e com que o esporte e lazer fossem fomentados aos universitários e à comunidade ao entorno.

Em que pese a utilização da infraestrutura universitária não tenha sido evidenciada em outros estudos sobre o PELC, o uso dos espaços esportivos para o lazer esteve presente em outras circunstâncias na Universidade Federal do Paraná, em que o Campus do curso de Educação Física, estruturado com quadras, salas de descanso e gramado com bancos e mesas, figurou como o mais visitado para a vivência do interesse físico-esportivo (Cardoso, et al., 2020). Os espaços esportivos universitários também têm sido utilizados pelo Programa Segundo Tempo Universitário (Silva, 2021, Silva, 2022b, Silva, & Ungheri, 2022, Silva, & Reverdito, 2023).

A otimização desses espaços é de grande importância, porque o envolvimento com as Atividades Físicas de Lazer (AFL), nesta etapa da vida e público-alvo tem sido baixo (Campos, et al., 2019, Dreher, & Rueckert, 2012) e a falta de tempo, em decorrência das obrigações acadêmicas em sala de aula, atividades extraclasse, trabalho e deslocamento, a principal barreira (Silva, & Reverdito, 2023). Esse quadro é agravado com a progressão semestral nos cursos de Ensino Superior (Godoy-Cumillaf, et al., 2022, Rangel-Caballero, et al., 2018).

A atuação de universitários como agentes sociais e adoção de programas de extensão como laboratório de práticas pedagógicas e possibilidades de exercício da *práxis* junto à comunidade como estratégia formativa, a exemplo da presente investigação, foi evidenciada em núcleos do PELC implementados nos bairros pela Universidade Federal do Paraná (Rechia et al., 2012) e Universidade Federal de Santa Maria (Castilhos, et al., 2014; Castro, et al., 2014).

Além de proporcionar aos universitários experiências com AFL no próprio contexto acadêmico, parcerias como as empreendidas contribuem com a formação discente e maior preparação para o mercado de trabalho, que, no caso em tela, alcançou diversas áreas de formação, pois sendo o lazer pautado na interdisciplinaridade, os núcleos do PELC envolveram acadêmicos da Educação Física, Artes e Música, sendo os estudantes acompanhados e orientados por profissionais graduados.

As contribuições do envolvimento sistemático de discentes em ações extensionistas na formação docente têm sido evidenciadas em relação ao planejamento (Chiva-Bortoll, et al., 2018), sistematização e aplicação dos conhecimentos advindos da matriz curricular (Cañadas, 2021), conhecimento pedagógico (Galvan, et al., 2018) e gestão de alunos (Corbatón-Martínez, et al., 2015). Ademais, programas com equipe estruturada por acadêmicos/bolsistas e professor indicam a capacidade técnica dos mesmos como principal fator de satisfação entre usuários (Silva, 2021).

Portanto, a articulação entre órgãos públicos de modo a viabilizar programas sociais relacionados ao esporte e lazer na universidade, além de ter corroborado com a soma de esforços e insumos para democratização do acesso a serviços de lazer aos acadêmicos e comunidade externa, favoreceu o processo formativo de estudantes, colocando-os a serviço da sociedade e os qualificando para o mercado profissional.

Produtos e resultados (eficácia, custo e custo/benefício)

Os resultados indicaram que durante o desenvolvimento do acordo de cooperação, a eficácia geral dos núcleos implementados diminuiu. Tal quadro pode ser decorrente de diversos fatores, visto que, conforme expõe Jannuzzi (2016, p. 18), “A eficácia com que o programa consegue atender a demanda social ou equacionar a questão social colocada depende da competência técnica do seu desenho original, da especificação clara de seus objetivos, da capacidade de identificação dos públicos-alvo, da coordenação dos vários tipos de recursos, da execução das atividades e da entrega dos produtos [...]”.

Neste cenário, cabe considerar que o PELC visava o atendimento de pessoas em todas faixas etárias, dentre elas, as crianças. Porém, diversas oficinas com relação cultural íntima e mais frequente na infância (futebol de mesa, futebol kids, voleibol kids, tênis de mesa e jogos e brincadeiras), foram aqueles que obtiveram a menor eficácia nos núcleos avaliados, indicando que os núcleos implantados na universidade não conseguiram alcançar de modo efetivo esse público.

Em que pese importante a oferta de oficinas destinadas ao público infantil, mediante a baixa adesão ocorrida em setembro/2017 e em fevereiro/2018, os gestores deveriam ter implementado ajustes, dentre eles, diminuído o número de vagas para as oficinas com baixa eficácia (ou substituí-las por outras). Em vez dos gestores implementarem tais medidas, as oficinas que apresentaram pouca procura (futebol de mesa, jogos e brincadeiras, tênis de mesa, tênis de quadra e violão), tiveram as vagas ampliadas e a ociosidade nas mesmas permaneceu, o que indica que a diminuição da eficácia geral pode ser decorrente da não observância de aspectos importantes que o monitoramento apontava.

Neste sentido, considerando que o monitoramento gerencial consiste em atividade técnica de acompanhamento regular dos processos, produtos e resultados, permitindo avaliação situacional e identificação de anormalidades a serem corrigidas (Jannuzzi, 2016), em que pese importante a tentativa de incluir crianças nos atendimentos do programa fomentados na universidade, a manutenção de oficinas com nenhuma ou pouca adesão figurou com uma falha no monitoramento por parte da equipe de coordenação central, vez que sendo ela responsável pelo monitoramento dos resultados, a baixa adesão deveria ter sido evidenciada e considerada para provimento de outras em substituição. Também decorre de falhas na gestão do projeto, pois atores envolvidos no processo são os responsáveis pelo monitoramento, com identificação dos possíveis motivos de baixa adesão.

Conforme defende Jannuzzi (2016, p. 18), “A clareza acerca do público-alvo deve moldar o programa, seus objetivos e atividades, bem como ajustar seu desenho às necessidades e particularidades identificadas de seus potenciais usuários ou beneficiários”.

A maior eficácia observada em oficinas de interesse físico-esportivo em detrimento aos artísticos, pode ser explicada por historicamente a ocupação do tempo disponível

com esse interesse cultural ser marcada por estereótipos, sendo, conforme destacou Veblen (1987) em a teoria da classe ociosa, limitada à um pequeno grupo de pessoas, dado ao caráter elitista de classe e uso como mecanismo de poder (ócio conspícuo).

As experiências artísticas vinculadas ao lazer, restritas ao erudito e em desprestígio às demais dimensões da cultura, a luz de um conjunto multifacetado de equívocos e com conotações imperialistas, desenvolveram-se destinadas à uma minoria composta pela classe econômica alta. Portanto, mecanismo de privilégio e distinção social, com posturas discriminatórias em relação a localização dos espaços, vestimentas e comportamentos tidos como adequados e ausência de políticas de democratização, corroborando com que ainda nos dias de hoje exista distanciamento da maior parte da população em relação a essas experiências (Melo, 2007).

Tal quadro ratifica a urgência do fortalecimento de um processo educativo para experiências com os conteúdos artísticos no lazer, dentre elas, a ampliação do espaço dado as oficinas em PP, sejam elas no contexto universitário ou externo, a fim de estimular a iniciação e o interesse da população. Entretanto, faz-se imperioso o acompanhamento *pari passu*, por meio de monitoramento, de modo a evitar o esvaziamento dos usuários em oficinas.

A favor da maior eficácia no interesse físico-esportivo, pesa o vínculo histórico do lazer com a Educação Física, primeiro curso de graduação a incluir uma disciplina específica para tratar do tema na formação superior, corroborando com que a relação atividade física/esportes e lazer seja estreita e, por vezes, confundida com única experiência de lazer (Isayama, 2009), incidindo na maior procura e adesão em oficinas relacionadas.

Também pode decorrer do perfil dos estudantes universitários e motivação em ocupar o tempo disponível nesta etapa da formação, vez que 49.3% dos estudantes de IFES se encontram entre 20-24 anos (Fórum nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, 2019), faixa etária em que o interesse pelo *fitness* predomina (Mutz, & Müller, 2021, Wicker, et al., 2009). Ao longo da vida há pontos críticos de transição, o que exige que as PP sejam desenvolvidas considerando o cuidado e atenção adequada aos aspectos motivacionais em cada etapa da vida (Westerbeek, & Eime, 2021), condição que no projeto em tela demonstra ter sido aplicado, vez que várias oficinas relacionadas ao *fitness* foram fomentadas.

Influenciado culturalmente a partir da lógica biofisiológica, de longa data as AFL têm despertado interesse da população dado a sua relação funcionalista com a prevenção de doenças (Guedes, et al., 2012), prevenção de doenças e promoção da saúde (Panatto, et al., 2019), manutenção do corpo saudável (Campos, et al., 2019) e melhora na qualidade de vida, manutenção da saúde e aumento do bem-estar corporal (Mourão et al., 2019). Estudos específicos com universitários mostraram reduções na pressão arterial em hipertensos (Tao, & Lu, 2022), menor propensão aos problemas de saúde mental e estresse (Vankim, & Nelson, 2013), benefícios do envolvimento com as AFL na redução

de sintomas de depressão (Zhang, et al., 2021), resiliência (Xu, et al., 2021) e saúde mental (Snedden, et al., 2019).

Adicionalmente, nas últimas décadas, a compreensão sobre a importância das AFL têm se expandido, visto que também potencializam relações humanas favoráveis ao desenvolvimento fisiológico, psicológico, emocional, afetivo, social, político e cultural (Piggin, 2020), com evidência de resultados favoráveis à autoestima e a qualidade de vida (González, & Froment, 2018), satisfação com a vida e com o lazer, satisfação com as relações sociais, com a aparência e autoavaliação de saúde (Mutz, et al., 2021), aproximando-se aos princípios de desenvolvimento pessoal e social postulado como elemento de educação pelo lazer, com inserção da população em um conjunto maior de vivências, de modo que ampliem as experiências.

Neste sentido, as AFL devem ser compreendidas não apenas na ótica biofisiológica, como gasto energético oriundo da ação motora no tempo disponível (Salles-Costa, et al., 2003), mas sim de maneira ampliada, como defendido por Silva (2022a) e Silva (2022b), pois, conforme defende Silva (2022, p. 553),

[...] consistem em ações humanas frente ao tempo disponível com experiências diversas que envolvem o movimento, independente da intensidade e duração da mesma, ou seja, não se limitam aos esportes ou as atividades físicas de elevado gasto energético (moderadas ou vigorosas), podendo, inclusive, jogos, brincadeiras, danças, conscientização corporal, dentre outras, serem contempladas. Podem ser realizadas de forma não sistematizada, com frequência eventual (eventos, amistosos, competições) ou sistematizada, com frequência contínua e planejada (projetos, programas, academias, clubes, dentre outros).

No plano da economicidade, a comparação dos valores investidos nos dois núcleos do PELC com outros programas, de modo que os investimentos com o programa fossem comparados a um outro (padrão ouro), ficou inviabilizada em decorrência da literatura brasileira não dispor de dados de outros programas voltados a diversas faixas etárias (crianças, adolescentes, adultos e idosos). Entretanto, estabelecendo diálogo entre os valores obtidos no presente estudo e os valores médios cobrados pelo mercado *fitness* brasileiro, evidencia-se que os custos mensais do PELC, considerando somente os recursos humanos, vale-transporte e encargos (R\$ 17.66), são 88.88% inferiores as mensalidades em academias de ginástica (R\$ 158,79) (Welter, et al., 2017). Considerando todos os custos com os dois núcleos do PELC, o valor mensal (R\$ 81.02) é inferior em 48.98% as mensalidades de academias de ginástica (R\$ 158,79).

Considerando que os valores relacionados aos espaços físicos não foram efetivamente pagos, dado a ser um insumo advindo de parceria, as diferenças observadas entre estimativa de custo total e estimativa de custo apenas com recursos humanos, vale-transporte e encargos, apontam para duas direções. A primeira, para a importância de que estudos relacionados ao financiamento de PP considerem também valores relativos aos espaços físicos. A segunda, para a essen-

cialidade de parcerias entre entidades, de modo que infraestruturas já existentes possam ser disponibilizadas gratuitamente e otimizadas em programas de esporte e lazer, de modo a diminuir o custo efetivo e ampliar as possibilidades de implementação de PP relacionadas ao esporte e lazer.

Conclusões

A implantação dos dois núcleos PELC foi viabilizada por parceria público-público, com insumos financeiros do Ministério do Esporte e FUNESP e cessão de espaços físicos e um servidor pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Os insumos resultaram em trinta oficinas, predominantemente de interesse físico-esportivo (quantidade de oficinas e número de turmas), com destaque ao *fitness*, AFL mais frequente na idade adulto jovem, seguida pelos esportes coletivos, que se encontram mais presentes entre jovens. Por outro lado, oficinas de interesse artístico apresentaram baixa adesão, o mesmo ocorrendo com aquelas direcionadas às crianças.

As oficinas relacionadas ao *fitness* apresentaram maior eficácia e aquelas predominantemente observadas na infância, a menor. A maior oferta de oficinas *fitness* pelos gestores foi acertada, dado a faixa etária que a maioria dos universitários federais se encontram terem maior interesse por esse tipo de experiência. Por outro lado, a manutenção das oficinas voltadas ao público infantil no contexto da universidade demonstrou não ter surtido efeitos positivos, haja vista que desde o início do programa teve baixa participação, corroborando com a diminuição da eficácia geral e nas oficinas específicas, o que sugere que programas de esporte e lazer na universidade dispõem de maior potencial para alcançar pessoas adultas, sobretudo, os estudantes, por já se encontrarem no contexto institucional, o que otimiza a gestão do tempo cronológico.

Portanto, os núcleos implementados corroboraram com a democratização do acesso ao esporte e lazer no contexto universitário com eficácia e custo aceitáveis, embora cuidados gerenciais aplicados adequadamente no monitoramento poderiam ter corroborado com a elevação dos resultados. Tais evidências apontaram para importância do uso do monitoramento como ferramenta gerencial no ciclo de desenvolvimento das PP, assim como realça a importância da consideração das evidências obtidas no gerenciamento, de modo a fazer com que distorções sejam corrigidas e que as PP alcancem maior eficácia.

Por fim, reconhece as limitações do estudo em decorrência dos dados serem oriundos de fontes secundárias, sugerindo que investigações futuras sejam desenvolvidas diretamente com sujeitos atendidos, o que possibilitará a ampliação das informações, como aquelas afetas a eficiência política e impactos subjetivos e substantivos. Isto, porquê, em que pese relevante a produção de dados pautados na economicidade, o que possibilita análise de sua viabilidade econômica e comparação com outras políticas, em se tratando de serviços voltados ao esporte e lazer, se faz imperioso que em estudos futuros exercício analítico sobre as alterações

ocorridas na realidade social dos sujeitos envolvidos, sua magnitude e segmentos afetados (impactos), como em que medida a política implementada atendeu os anseios e desejos do público-alvo e a ele promoveu melhor qualidade de vida (impacto subjetivo) e em que medida, isso resultou em melhoras nas condições de vida (impacto substantivo), também sejam objetos de investigação.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

- Areias, K. T. V., & Borges, C. N. F. (2011). As políticas públicas de lazer na mediação entre estado e sociedade: possibilidades e limitações. *Revista Brasileira de Ciência do Esporte*, 33(3), 573-588. <https://www.scielo.br/j/rbce/a/F6sxBycd8x8V9j5mJNdLBqk/abstract/?lang=pt>
- Arretche, M. (2013). Tendências no estudo sobre avaliação de políticas públicas. *Terceiro Milênio. Revista Crítica de Sociologia e Política*, 1(1), 126-133. <https://www.revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/64>
- Brasil. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Campos, K., Borges, C. A., Matos, M., & Meira, T. (2019). Nível de atividade física dos universitários dos cursos de saúde de uma faculdade no sudoeste da Bahia. *Motricidade*, 15(s3), 16-22. <https://eds.p.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?vid=1&sid=8a4301d8-3cd6-44fa-a40eca74f24fd045%40redis>
- Campos, L. (2017). Análise de custo de intervenções para promoção de atividade física em Unidades de Saúde da Família de Rio Claro-SP. 100f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Ciências da Motricidade), Universidade Estadual Paulista.
- Cañadas, L. (2021). Aprendizaje-Servicio universitario en contextos de actividad física, educación física y deporte: una revisión sistemática. *Educ Pesqui*, 47, e237446. <https://www.scielo.br/j/ep/a/WsWWDJhY4WYPR-wxRmwpWZkR>
- Cardoso, G. R., Bora, S. M.A., Vieira, K. R.S., Correia, A. S., & Rechia, S. (2020). Lazer na universidade: espaços e equipamentos possíveis? *Licere*, 23(2):289-315. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/24041>
- Castilhos, R. L., Silva, S. D., & Ojeda, T. R. (2014). O núcleo Palma do Programa Esporte e Lazer da Cidade – povos e comunidades tradicionais da Universidade Federal de Santa Maria: sua inserção e relação com o processo formativo em educação física. *Licere*, 17(4), 123-140. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1017>

- Castro, F. B., Günther, M. C. C., & Wittizorecki, E. S. (2014). A atuação no PELC/UFMS e a formação experiencial dos educadores sociais de esporte e lazer. *Licere*, 17(2), 21-52. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/848/646>
- Castro, S. B. E., Starepravo, F. A., & Souza, D. L. (2018). Programa "Esporte e Lazer da Cidade": uma análise da composição orçamentária (2004-2011). *Movimento*, 24(2), 383-398. <http://dx.doi.org/10.22456/1982-8918.64954>
- Chiva-Bartoll, Ò., Capella-Peris, C., & Pallarès-Piquerm, M. (2018). Investigación-acción sobre un programa de aprendizaje-servicio em la didáctica de la educación física. *Rev Invest Educ*, 36(1), 277-293. <https://revistas.um.es/rie/article/view/270581>
- Corbatón-Martínez, R., Miravet, L., Puig, M. M., Gómez, J. G., & Chiva-Bartoll, Ó. C. (2015). Efectos académicos, culturales, participativos y de identidad del Aprendizaje-Servicio em futuros maestros a través de la Educación Física. *Profesorado*, 19(1), 280-297. <https://revista-seug.ugr.es/index.php/profesorado/article/view/18621>
- Costa, L. A., Silva, L. P., Rocha, D. F., Abade, N. S. N., Pereira, B. A., & Oliveira, M. P. (2021). Capacidade limitada de indução federal na implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade - PELC. *Licere*, 24, 320-355. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/36329>
- Dreher, M. T., & Rueckert, R. A. O. (2012). Lazer e Internet: Percepções e Práticas dos jovens universitários de Turismo e Lazer. IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, Universidade Anhembi Morumbi, p. 1-15.
- Figuerôa, K. M., Sevegnani, P., Mezzadri, F., & Moraes e Silva, M. (2014). Planejamento, ações e financiamento para o esporte em tempos de megaeventos. *Motrivivência*, 26(42), 55-71. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2014v26n42p55>
- Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. (2019). *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES – 2018*. Brasília. <https://www.andifes.org.br/?p=79639/>
- Galvan, C., Meaney, K., & Gray, V. (2018). Examining the reciprocal nature of service-learning for underserved students and preservice teachers. *J Teach Phys Educ*, 37(4), 363-372. <https://journals.humankinetics.com/view/journals/jtpe/37/4/article-p363.xml>
- Gil, A. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- Godoy-Cumillaf, A., Fuentes-Merino, P., Jiménez-Díaz, J., & Vásquez-Gomez, J. (2022). Estudio Comparativo del Comportamiento de Movimiento de 24 horas, en Estudiantes Universitarios de Pedagogía em Educación Física. *Retos*, 43(1), 177-184. <https://recyt.fecyt.es/index.php/retos/article/view/87285>
- González, A., & Froment, F. (2018). Benefícios de la actividad física sobre la autoestima y localidad de vida de personas mayores. *Retos*, 33, 3-9. <https://recyt.fecyt.es/index.php/retos/article/view/50969>
- Guedes, D. P., Legnani, R. F., & Legnani, E. (2012). Motivos para a prática de exercício físico em universitários e fatores associados. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 26(4), 679-689. <https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/52890/56820>
- Heidemann, F. (2010). Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: Heidemann, F., & Salm, J. (Orgs.). *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. p. 23-40.
- Isayama, H. F. (2009). Atuação do profissional de educação física no âmbito do lazer: a perspectiva da animação cultural. *Revista Motriz*, 15(2), 407-413. <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/download/2577/2383>
- Jannuzzi, P. M. (2017). Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Alínea.
- Jannuzzi, P. M. (2016). *Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas*. Campinas: Alínea.
- Marcellino, N. C. (2002). *Estudos do lazer: uma introdução*. 3. ed. São Paulo: Autores Associados.
- Melo, V. A. (2007). Arte e lazer: desafios para romper o abismo. In: Marcellino NC. *Lazer e cultura*. Campinas: Editora Alínea. p. 65-88.
- Ministério do Esporte. (2016). *Programa Esporte e Lazer da Cidade – orientações para implantação - Diretrizes – Edital 2016*. Brasília. <http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/esporte-e-lazer-da-cidade/programa-esporte-e-lazer-da-cidade-pelc>
- Mourão, A. B., Gama, D. T., & Levandoski, G. (2019). Análise de fatores motivacionais em estudantes universitários que aderem a um programa de exercício físico. *Revista Conexão*, 15(3), 346-351. <https://revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/13382/2092092113766>
- Mutz, M., Reimers, A., & Demetriou, Y. (2021). Leisure Time Sports Activities and Life Satisfaction: Deeper Insights Based on a Representative Survey from Germany. *Applied Research Quality Life*, 16, 2155-2171. <https://link.springer.com/article/10.1007/s11482-020-09866-7>
- Mutz, M., & Müller, J. (2021). Social stratification of leisure time sport and exercise activities: comparison of ten popular sports activities. *Leisure Studies*, 40, 597-611. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02614367.2021.1916834?journalCode=rlst20>
- Panatto, C., Kühn, A. M., Vieira, D. G., Bennemann, G. D., Melhem, A. R. F., Queiroga, M. C., & Carvalhaes, M. F. M. (2019). Efeitos da prática de atividade física e acompanhamento nutricional para adultos: um estudo caso-controle. *Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento*, 13(78), 329-366. <http://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/953>

- Pereira, P. (2011). *Política social: temas & questões*. 3. ed. São Paulo: Cortez.
- Piggin, J. (2020). What is physical activity? A holistic definition for teachers, researchers and policy makers. *Front Sports Act Living*, 2(72), 1-7. <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fspor.2020.00072/full>
- Pintos, A. E., Mascarenhas, F., & Athayde, P. F. (2019). Monitoramento e avaliação de políticas e programas de esporte e lazer: a experiência do Programa Esporte e Lazer da Cidade. *Licere*, 22(3), 97-139. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/15306>
- Ramos, M. P., & Schabbach, L. M. (2012). O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. *Rev Adm Pública*, 46(5), 1271-1294. <https://www.scielo.br/j/rap/a/bPM5xsjhwWgL54mdx3R7cnP/abstract/?lang=pt>
- Rangel-Caballero, L. G., Mrillo-López, A. L., & Gamboa-Delgado, E. M. (2018). Actividad física em el tiempo libre y consumo de frutas y verduras em estudiantes universitarios. *Hacia Promoc. Salud*, 23(2), 90-103. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-909606>
- Rechia, S., Tschoke, A., & Moro, L. (2012). Espaço universidade e PELC: a experiência do grupo GEPELC/UFPE na gestão do Programa de Esporte e Lazer na Cidade de Curitiba. *Licere*, 15(1), 1-17. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/742>
- Salles-Costa, R., Heilborn, M. L., Werneck, G. L., Faerstein, E., & Lopes, C. S. (2003). Gênero e prática de atividade física de lazer. *Cad Saude Publica*, 19(Suppl 2):S325-33. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2003000800014>. PMID: 15029352
- Snedden, T., Scerpella, J., Kliethermes, S. A., Norman, R. S., Blyholder, L., Sanfilippo, J., McGuine, T. A., & Heiderscheit, B. (2019). Sport and physical activity level impacts health-related quality of life among collegiate students. *Am J Health Promot*, 33(5), 675-682. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30586999>
- Silva, J. V. P. (2022a). Atividades Físicas de Lazer sistematizadas assíncronas em período de pandemia COVID-19. *Retos*, 46, 552-565. <https://recyt.fecyt.es/index.php/retos/article/view/93193>.
- Silva, J. V. P. (2021). Avaliação do Programa Segundo Tempo Universitário em uma universidade federal em Campo Grande/MS/Brasil. *Rev Bras Ciênc Esporte*, 43, e00962. <http://old.scielo.br/pdf/rbce/v43/0101-3289-rbce-43-e009621.pdf>
- Silva, J. V. P. (2022b). Programas nacionais de atividades físicas em Universidades Federais brasileiras e relações com o lazer. *Revista Movimento*, 28, e28044. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.122918>
- Silva, J. V. P., & Reverdito, R. S. (2023). Ensino superior e fatores influenciadores à permanência e evasão no Programa Segundo Tempo Universitário. *Retos*, 49, 105-114. <https://doi.org/10.47197/retos.v49.98218>
- Silva, J. V. P., & Ungheri, B. O. (2023). Implementação do PELC em contexto universitário: participação popular, possibilidades e limitações ao esporte e lazer estudantil. *Retos*, 47, 400-407. <https://recyt.fecyt.es/index.php/retos/article/view/95627/70169>
- Silva e Silva, M. O. (2013). Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológica da pesquisa avaliativa. In: Silva e Silva, M. O. *Pesquisa avaliativa: aspectos teóricos-metodológicos*. São Paulo: Editora Veras. p. 89-177.
- Soares, M. M., & Guadanini, A. S. (2018). Resultados de monitoramento e avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS). *Licere*, 21(4), 379-404. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1946>
- Tao, T., & Lu, M. (2022). The effect of sports in Colleges and universities on relieving hypertension. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, 28(2), 126-129. <https://www.scielo.br/j/rbme/a/mCwKs8CKB-Pxvn5bJfK6Fnn/?lang=en>
- Ungheri, U. O., & Isayama, H. F. (2021). Equipamentos públicos de lazer e esporte: o cenário institucional de municípios que implementaram o Programa Esporte e Lazer da Cidade. *Rev Bras Ciênc Esporte*, 43, e011120. <https://www.scielo.br/j/rbce/a/QsZq9Xrzw-MhWjh5X4KqYjcg>
- Vankim, N., & Nelson, T. (2013). Vigorous physical activity, mental health, perceived stress, and socializing among College Students. *Am J Health Promot*, 28(1), 7-15. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23470187>
- Vleben, T. A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições. São Paulo, Nova Cultural, 1987.
- Welter, D. L., Neves, E. B., & Saavedra, F. J. F. (2017). Profile of practitioners of supervised physical exercise in the southern region of Brazil. *Biosci. J.*, 33(1), 209-218. <https://seer.ufu.br/index.php/biosciencejournal/article/view/34397/19771>
- Westerbeek, H., & Eime, R. (2021). The physical activity and sport participation Framework – A policy model toward being physically active across the life span. *Front. Sports Act. Living*, 3, 608593. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34027402>
- Wicker, P., Brever, C., & Pawlowski, T. (2009). Promoting sport for all to age-specific Target groups: the impact of sport infrastructure. *European Sport Management Quarterly*, 9(2), 103-108. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/16184740802571377>
- Xu, S., Liu, Z., Tian, S., Ma, Z., Jia, C., & Sun, G. (2021). Students: The mediating effects of basic Psychological Needs. *Int J Environ Res Public Health*, 18(7), 3722. <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2021.612023/full>
- Zhang, J., Gu, X., Zhang, X., Lee, J., Chang, M., & Zhang, T. (2021). Longitudinal effects of motivation and physical activity on depressive symptoms among College Students. *Int J Environ Res Public Health*, 18(10), 1-12. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34065999>